

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA PARA O ANO DE 2023

ENQUADRAMENTO

A construção do Orçamento da Câmara Municipal de Almada para o ano de 2023 acontece novamente num cenário de grande incerteza a nível macro-económico.

Ao período pós-Pandemia COVID-19 juntou-se a invasão da Ucrânia pela Federação Russa que agravou a crise económica e social que marca de forma cada vez mais significativa o quotidiano das famílias, das empresas e dos Estados.

As tendências inflacionistas que se tornaram evidentes a partir de 2021 prolongaram-se em 2022, e não se vislumbra provável o seu desagravamento a curto prazo, sendo acompanhadas pelas subidas regulares das taxas de juro de referência fixadas pelo Banco Central Europeu que conduziram a máximos históricos das taxas EURIBOR.

Os preços crescentes da energia, nomeadamente nos combustíveis e eletricidade, que afetam todo o sistema económico global, não mostram sinais de inversão. As dificuldades sentidas na logística e redes de distribuição e abastecimento de produtos e matérias-primas, profundamente afetadas com a pandemia e agravadas pela guerra na Ucrânia, traduzem-se igualmente no aumento dos custos dos materiais de construção e outros consumos intermédios, com reflexos evidentes no orçamento municipal.

Ao cenário de grande incerteza em termos económicos, junta-se o período crítico que continuamos a atravessar no que respeita às alterações climáticas, que nos obrigam a todas as decisões de investimento e de mudança de comportamentos compatíveis com os objetivos definidos a nível internacional.

Em termos europeus, e em particular no que respeita à Política de Coesão, 2023 é um ano de transição, a exemplo do que sucedeu em 2022, em que se evidencia a mudança entre dois quadros de programação plurianual (2014-2020 para 2021-2027), coexistindo o encerramento do Portugal 2020 e o início do Portugal 2030 e em que se sobrepõe o Programa de Recuperação e Resiliência.

Acresce a todas as dificuldades acima descritas, o facto de 2023 ser o ano em que a descentralização para os municípios das competências previstas no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, se torna efetiva, o que, em particular nas áreas da educação e da saúde, obriga à reorganização dos serviços municipais, ao reforço e qualificação dos seus recursos humanos e dos respetivos meios financeiros.

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2023

O orçamento da Câmara Municipalç de Almada para o ano de 2023 apresenta um valor de 161 M€, mais 19 M€ do que o orçamento inicial de 2022, que corresponde ao maior orçamento de sempre do Município de Almada.

A Tabela seguinte sintetiza a distribuição da Receita e Despesa por tipologia (Correntes e de Capital):

TABELA 1 PREVISÃO DAS RECEITAS E DOTAÇÕES DA DESPESA, 2023

	CORRENTES	CAPITAL	OUTRAS	TOTAL
RECEITAS	133 646 281	27 100 611	228 108	160 975 000
DESPESAS	120 735 217	40 239 783		160 975 000

O orçamento agora apresentado mostra-se equilibrado, sendo que todas as dotações na despesa têm a cobertura de receitas previstas, respeitando as regras do equilíbrio orçamental definidas no artigo 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, com excedente da receita corrente superior a 10,5 milhões de euros, conforme se demonstra na Tabela que segue:

TABELA 2 DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, 2023

	Unidade: "Euro"
RECEITA CORRENTE (1)	133 646 281
DESPESA CORRENTE (2)	120 735 217
AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE EMPRÉSTIMOS (3)	2 336 774
(4) = (2) + (3)	123 071 991
REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (1) - (4)	10 574 290

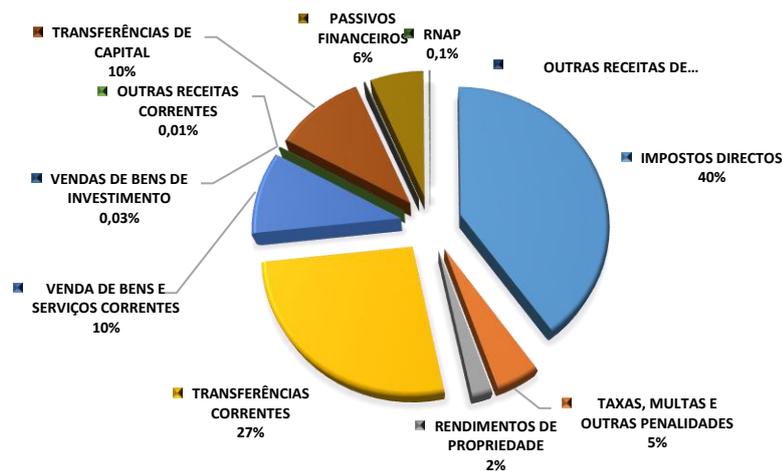
ORÇAMENTO DA RECEITA

As receitas correntes (133.646.281 €) representam 83% da receita total, enquanto as de capital, no montante de 27.100.611 €, representam 27%. O quadro seguinte indica, igualmente o valor previsto, de carácter residual, para as Reposições não Abatidas nos Pagamentos (228.108 €):

TABELA 3 ORÇAMENTO DA RECEITA, 2023

ORÇAMENTO DA RECEITA	2023
RECEITAS CORRENTES:	133 646 281
IMPOSTOS DIRECTOS	64 638 000
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	7 199 575
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 296 500
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42 804 241
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	15 685 955
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22 010
RECEITAS DE CAPITAL:	27 100 611
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	42 050
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16 781 179
ACTIVOS FINANCEIROS	250 372
PASSIVOS FINANCEIROS	10 000 000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	27 010
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	228 108
TOTAL	160 975 000

GRÁFICO 1 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2023



As receitas totais estimadas apresentam um acréscimo de 18,7 M€ (mais 13%) face ao orçamento inicial de 2022, conforme melhor se explicita em seguida.

Os **Impostos Directos**, que incluem o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama,

são a principal fonte de financiamento do orçamento municipal, representando 40% da receita total orçamentada para o ano de 2023.

Os impostos diretos, face ao orçamento inicial de 2022, apresentam um aumento de 9,4% (5,6 M€).

A redução da taxa do IMI (de 0,36% para 0,35%), que incide sobre o valor patrimonial tributável do ano de 2022, representará, a favor dos munícipes, um valor de imposto a pagar inferior em cerca de 870 mil euros, representando uma diminuição de 626 mil euros face ao orçamento inicial do ano de 2022, prevendo-se que este imposto mantenha a estabilidade demonstrada nos últimos anos.

De referir que a anterior taxa de IMI (0,36%) vigorou entre os anos de 2017 a 2022. A receita com este imposto ascende a 31,1 M€.

Nos impostos diretos, o maior incremento resulta da cobrança em sede de IMT, decorrente da evolução do mercado imobiliário do concelho. Para o ano de 2023 a receita estima-se em 27,3 M€, o que corresponde a mais 6 M€ (28%) face ao orçamento inicial do ano de 2022.

No que diz respeito à Derrama, aplicável sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), o Município mantém a taxa de 1,2%, inferior ao limite máximo legal (1,5%). A previsão da receita de 1,9 M€ foi calculada com base na média de cobranças, segundo as regras previsionais, crescendo ligeiramente (100 m€) face ao valor do orçamento inicial do ano de 2022.

As **Transferências Correntes e de Capital** asseguram, no seu conjunto, 37% do orçamento, registando-se um crescimento de 46,5% face ao orçamento inicial de 2022 (18,9 M€) que corresponde à inclusão, no orçamento do ano de 2023, das verbas associadas a transferências no âmbito da descentralização de competências (Educação, Saúde e Ação Social).

O início da concretização física e financeira de vários projetos financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) justifica a inscrição de um valor significativo nas transferências de capital provenientes de fundos comunitários, cerca de 16 M€, dos quais 50% correspondem a transferências previstas no âmbito da habitação.

Os **Passivos Financeiros** respondem por 6% do orçamento total da receita. Está prevista a utilização integral dos 10 milhões de euros de empréstimo contratado para financiamento de projetos não dependentes de fundos europeus.

A **Venda de Bens e Serviços** é outra fonte de receita municipal, responsável por cerca de 9,7% do total. Estas receitas terão um crescimento de 5,5 M€ (mais 55%) face ao orçamento inicial do ano de 2021 decorrente, em especial, da arrecadação de receitas com as refeições escolares no âmbito da transferência de competências e com as receitas provenientes da recolha, encaminhamento e tratamento de resíduos urbanos, tendo por objetivo a cobertura integral dos custos crescentes com esta atividade, conforme orientação da Entidade Reguladora (ERSAR).

TABELA 4 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2021-2023¹

ORÇAMENTO DA RECEITA	2021	2022	2023	Δ 2023-2022, €	Δ 2023/2022
RECEITAS CORRENTES:	97 655 667	100 410 330	133 646 281	33 235 951	33%
IMPOSTOS DIRECTOS	57 065 374	59 068 500	64 638 000	5 569 500	9%
TAXAS, MULTAS, PENALIDADES	6 094 539	6 507 000	7 199 575	692 575	11%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 043 503	3 265 725	3 296 500	30 775	1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21 312 917	21 401 105	42 804 241	21 403 136	100%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	10 029 890	10 088 000	15 685 955	5 597 955	55%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109 444	80 000	22 010	-57 990	-72%
RECEITAS DE CAPITAL:	30 319 074	41 623 106	27 100 611	-14 522 495	-35%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	3 907	60 300	42 050	-18 250	-30%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 850 217	19 272 656	16 781 179	-2 491 477	-13%
ACTIVOS FINANCEIROS	20 264 359	12 264 150	250 372	-12 013 778	-98%
PASSIVOS FINANCEIROS		10 000 000	10 000 000	0	0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200 591	26 000	27 010	1 010	4%
REPOSIÇÕES N/ABAT.NOS PAGAMENTOS	70 997	189 930	228 108	38 178	20%
TOTAL	128 045 738	142 223 366	160 975 000	18 751 634	13%

ORÇAMENTO DA DESPESA

Correspondente à distribuição da despesa por objetivos de política, a estrutura económica do orçamento apresenta um maior peso da despesa corrente relativamente à despesa de capital.

A primeira, com cerca de 120,7 M€, corresponde a 75% do total e apresenta-se principalmente afeta ao pagamento de despesas com o pessoal, à aquisição de bens e serviços e a transferências correntes, as quais, em conjunto, respondem pela quase totalidade da despesa corrente.

As despesas de capital ascendem a 40,2 M€, sendo de enfatizar as referentes a Aquisição de Bens de Capital (investimento) que mobilizam 88% da despesa de capital.

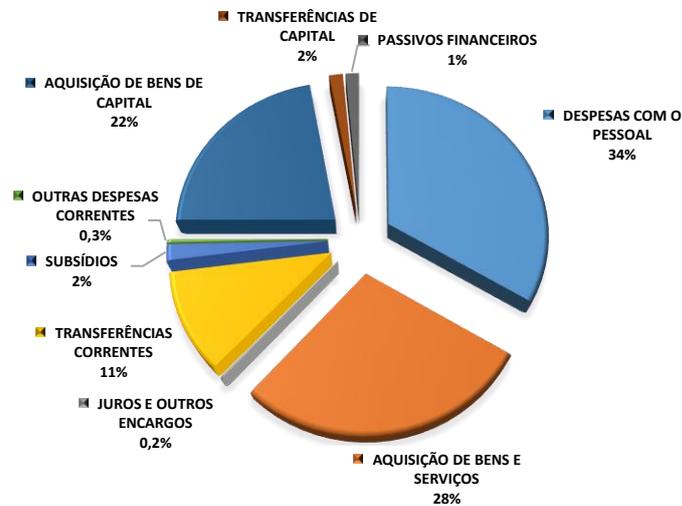
A habitação, as infraestruturas escolares e a intervenção no espaço público são as áreas que representam a maior aposta do município em 2023, para as quais serão canalizadas, em conjunto, mais de 60% das verbas destinadas a investimento:

¹ Previsões do orçamento inicial

TABELA 5 ORÇAMENTO DA DESPESA, 2023

ORÇAMENTO DA DESPESA	2023
DESPESA CORRENTE:	120 735 217
DESPESAS COM O PESSOAL	53 999 951
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	45 440 115
JUROS E OUTROS ENCARGOS	342 006
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 645 782
SUBSÍDIOS	2 749 000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	558 363
DESPESA DE CAPITAL:	40 239 783
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	35 558 289
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 377 370
PASSIVOS FINANCEIROS	2 304 124
TOTAL	160 975 000

GRÁFICO 2 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2023



Em termos comparativos o orçamento da despesa para 2023 regista um aumento de cerca de 19 M €, face ao orçamento inicial de 2022, o que representa mais 13%.

A despesa corrente cresce 36%, decorrente do aumento nas despesas com a aquisição de bens e serviços (mais 15,7 M€) e com Pessoal (mais 11,1 M€). As primeiras, decorrentes da transferência de competências e do impacto do aumento generalizado de preços. A segunda, da transferência de

competências, do aumento previsto para as remunerações do pessoal, bem como no reforço previsto em termos da reorganização e reforço dos Serviços Municipais.

Embora com menor expressão em termos absolutos, as transferências correntes crescem 3,4 M€, resultante do aumento previsto para a Juntas de Freguesia. Os subsídios crescem também 2 M€ (transferências para os SMAS), enquanto os juros a pagar crescem 224 mil euros (293%), todos em relação ao orçamento inicial do ano de 2022.

Ao nível das despesas de capital, decrescem face ao orçamento de 2022, projetando-se um nível de despesa consentâneo com a capacidade de execução decorrente das normas de execução e de contratação vigentes.

TABELA 6 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2021-2023²

ORÇAMENTO DA DESPESA	2021	2022	2023	Δ 2023-2022, €	Δ 2023/2022
DESPESA CORRENTE:	84 419 898	88 544 136	120 735 217	32 191 081	36%
DESPESAS COM O PESSOAL	40 786 142	42 899 941	53 999 951	11 100 010	26%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	29 377 991	29 692 807	45 440 115	15 747 308	53%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	157 533	117 300	342 006	224 706	192%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 759 886	14 199 361	17 645 782	3 446 421	24%
SUBSÍDIOS	1 134 000	699 000	2 749 000	2 050 000	293%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 204 346	935 727	558 363	-377 364	-40%
DESPESA DE CAPITAL:	43 625 840	53 679 230	40 239 783	-13 439 447	-25%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	37 898 084	48 438 830	35 558 289	-12 880 541	-27%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 566 616	2 336 900	2 377 370	40 470	2%
PASSIVOS FINANCEIROS	3 161 140	2 903 500	2 304 124	-599 376	-21%
TOTAL	128 045 738	142 223 366	160 975 000	18 751 634	13%

²Dotações do orçamento inicial

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023

POR FUNÇÕES

Do ponto de vista funcional, as funções gerais, que abrangem os encargos de funcionamento dos serviços, mantêm preponderância no orçamento total. Nomeadamente as despesas com o pessoal que responde por cerca de 63% do montante afeto àquelas funções.

Nas Funções Sociais, a despesa em Habitação e Serviços Coletivos constitui parte significativa do total, mobilizando cerca de 28,5 M€ (45%), particularmente dirigidos à Habitação, Resíduos Urbanos, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza e ao Ordenamento do Território.

A despesa em Educação (16,5 M€) e em Serviços Culturais e Recreativos (9,6 M€) representam, em conjunto, 41% da despesa em Funções Sociais.

As Funções Económicas representam cerca de 9,9 M€, essencialmente absorvidos pelos Transportes e Comunicações, que correspondem a 81% da despesa em Funções Económicas.

GRÁFICO 3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES, 2023

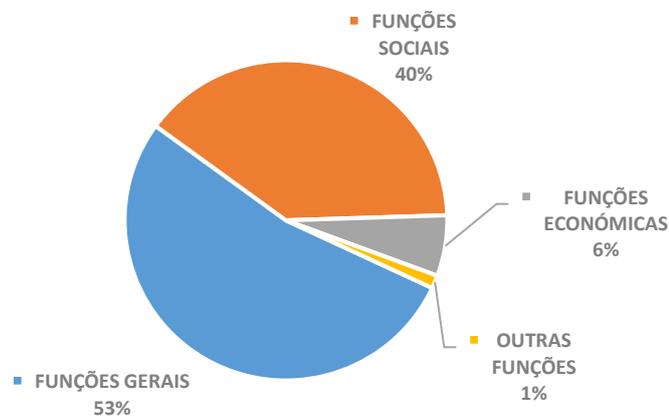
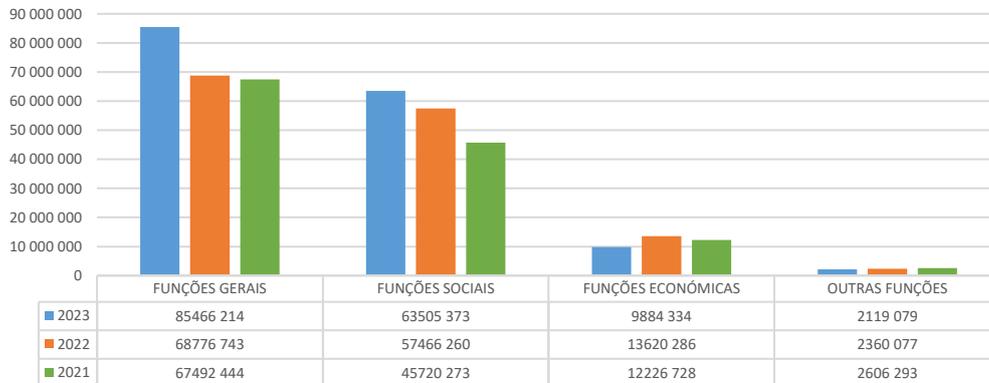


GRÁFICO 4 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES, EVOLUÇÃO 2021-2023



POR OBJETIVOS

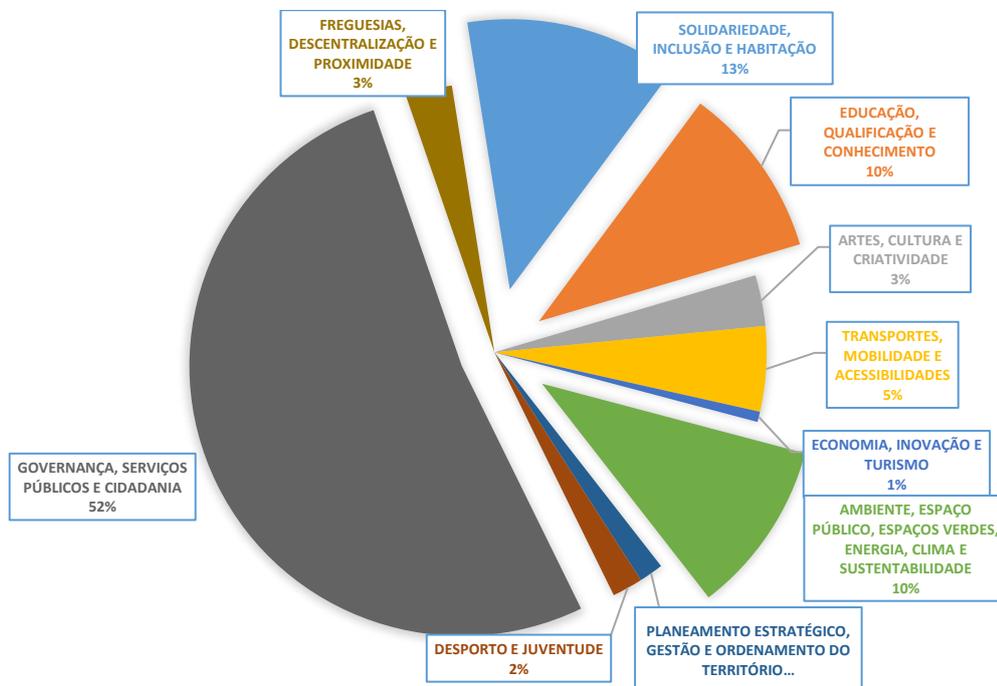
O objetivo definido nas Grandes Opções do Plano dirigido à Governança, Serviços Públicos e Cidadania constitui aquele que mobiliza a maior parte dos recursos municipais, correspondendo-lhe cerca de 52% do total disponível. Nele, a Gestão dos Serviços e Administração Geral, que inclui as despesas com o pessoal, os encargos com o funcionamento de instalações municipais, a conservação e reparação de edifícios municipais, os juros e amortizações de empréstimos e contratos de leasing, é a linha de orientação mais relevante.

Segue-se-lhe o objetivo dirigido à Solidariedade, Inclusão e Habitação para o qual são dirigidos cerca de 20,3 M€ em 2023, 12,6% do total da despesa.

Financeiramente relevante, são também os objetivos Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade com uma dotação de 16,7 M€ (10,4% do orçamento), Educação, Qualificação e Conhecimento com 16,6 M€ e 10,3% da despesa total e, ainda, o objetivo Transportes, Mobilidade e Acessibilidades que responde por 5,1 % da despesa no valor de 8,2 M€.

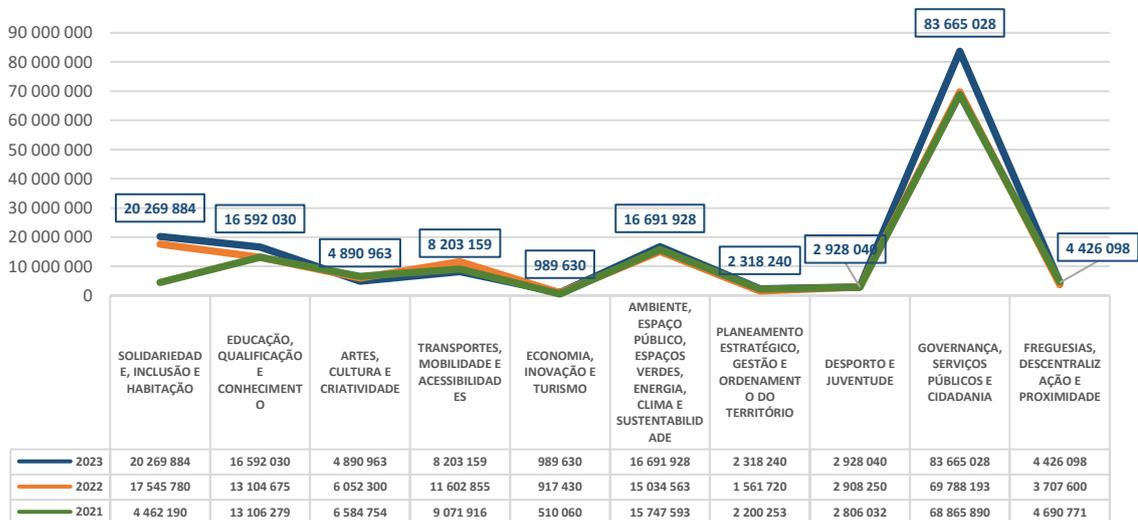
Os restantes 5 objetivos mobilizam, em conjunto, 9,6 % do total do Orçamento.

GRÁFICO 5 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2023



Relativamente ao orçamento de 2022, os objetivos que crescem mais em 2023 são a Governança, Serviços Públicos e Cidadania (mais 20%), a Educação, Qualificação e Conhecimento (27%) e a Solidariedade, Inclusão e Habitação (16%), conforme melhor se discrimina no gráfico seguinte:

GRÁFICO 6 EVOLUÇÃO DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2021-2023



REFERENCIAL LEGAL

Na elaboração dos documentos previsionais constantes da proposta de orçamento foram tidos em conta, nomeadamente, os diplomas legais que seguidamente se indicam:

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, diploma que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI);
- Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), que enuncia os princípios orçamentais;
- As regras previsionais, em vigor à data de elaboração do orçamento, estabelecidas no p. 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro (POCAL);
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, que define a classificação económica das receitas e despesas públicas.